

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS ITAQUI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

**A AGRICULTURA FAMILIAR EM ITAQUI-RS: UM
ESTUDO EXPLORATÓRIO COM BASE NA
ANÁLISE - DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS
AGRÁRIOS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Albina Graciéla Aguilar Meus

**Itaqui, RS, Brasil
2019**

A AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAQUI-RS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM BASE NA ANÁLISE - DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Agronomia da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), como requisito parcial para obtenção do grau de **Engenheiro Agrônomo**.

Orientador: Prof^o Dr. Paulo Roberto Cardoso da Silveira

**Itaqui, RS
2019**

Meus, Albina Graciéla Aguilar.
A agricultura familiar de Itaqui – RS: Um estudo
exploratório com base na análise - diagnóstico dos
sistemas agrários / Albina Graciéla Aguilar Meus. 14 de
junho de 2019.
Número de folhas 56.

Trabalho de Conclusão de Curso de Agronomia
Universidade Federal do Pampa, 14 de junho de 2019.
Orientação: Paulo Roberto Cardoso da Silveira.

1. Agricultura familiar. 2. Dinâmica sócio-produtiva. 3.
Sistemas Agrários. I. Silveira, Paulo Roberto Cardoso.

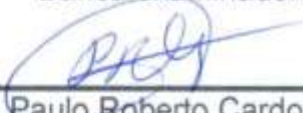
ALBINA GRACIELA AGUILAR MEUS

**A AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAQUI- RS: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO COM BASE NA ANÁLISE - DIAGNÓSTICO DOS
SISTEMAS AGRÁRIOS**


Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Agronomia da Universidade Federal do
Pampa (UNIPAMPA), como requisito
parcial para obtenção do grau de
Engenheiro Agrônomo.

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em: 14 de junho de 2019.

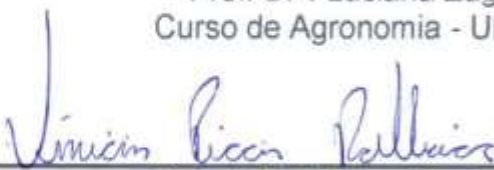
Banca examinadora:



Prof. Dr^o. Paulo Roberto Cardoso da Silveira
Orientador
Curso de Agronomia e BICT - UNIPAMPA



Prof. Dr^a. Luciana Zago Ethur
Curso de Agronomia - UNIPAMPA



Prof. Dr^o. Vinícius Piccin Dalbianco
Curso do BICT e Agronomia – UNIPAMPA

AGRADECIMENTO

A Deus por todas as bênçãos e por estar sempre me dando forças para nunca desistir dos meus sonhos.

A meu professor Paulo Roberto Cardoso da Silveira, por sua confiança e parceria, sempre se disponibilizando para me auxiliar em momentos de dificuldade.

Aos meus pais, Jorge Gomes Meus e Regina Elizabete Aguilhar Meus, por sempre estarem apoiando minhas decisões e muitas vezes abdicando seus sonhos para que os meus fossem realizados.

Ao meu amado esposo Juscelino Kutti de Bargas, que sempre me auxiliou em todas as etapas da graduação.

A meus irmãos Claudia, Elenara, Josué, Aymee, Elioenay, Vitória e Hellen, que sempre estão comigo me apoiando em todos os momentos difíceis.

A todos meus professores que sempre compartilharam do seu conhecimento, pela amizade, companheirismo, pelos ensinamentos e por estar sempre auxiliando nas minhas decisões quanto à carreira acadêmica.

Ao curso de Agronomia da Universidade Federal do Pampa, por ter proporcionado um grande aprendizado e experiências grandiosas.

Aos meus amigos, Sandra da Rosa, Lucas Dotto, Nathalia Maldini, Paulo Pires, por todos os trabalhos em grupo, conversas, risadas e demais distrações.

Aos agricultores que sempre me receberam com gentileza.

As demais pessoas que não citadas anteriormente e que contribuíram para a conclusão dessa jornada.

Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.

Simone Beauvoir

RESUMO

A AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAQUI-RS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM BASE NA ANÁLISE - DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS

Autor: Albina Graciéla Aguilar Meus

Orientador: Profº Dr. Paulo Roberto Cardoso da Silveira

Local e data: Itaqui, 14 de junho de 2019.

Este trabalho utiliza a abordagem da Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários e busca compreender os sistemas de produção constituídos pelos agricultores familiares para além da lógica econômica. Analisar a agricultura familiar apenas pelo viés econômico pode apresentar limites analíticos, pois nesse tipo de agricultura o objetivo principal é a reprodução social da família; e os sistemas de produção, deste modo, nem sempre são constituídos pela lógica (racionalidade) de maximização da utilização dos fatores de produção, a qual é determinante no caso da agricultura empresarial. Na agricultura familiar, a reprodução social da família é condicionada pela organização da produção e pela inserção social dessas famílias no contexto social. O objetivo geral deste trabalho consiste em estabelecer de forma exploratória uma leitura inicial que possibilite em iniciativas posteriores a caracterização da dinâmica sócio-produtiva da agricultura familiar do município de Itaqui, Rio Grande do Sul. A metodologia partiu de estudos já realizados sobre a produção e comercialização da agricultura familiar do município de Itaqui, as informações foram qualificadas com os informantes-chaves (agentes de ATER e lideranças dos agricultores familiares), possibilitando a diferenciação do espaço agrário em zonas homogêneas. A partir daí, foca-se na agricultura familiar, a qual se concentra em determinada zona e avança-se na compreensão da inserção social desta categoria de agricultores, revelando-se como as famílias tem se estabelecido a partir de relações com os mercados, formação de associações, assistência técnica, acesso às políticas públicas e instituições responsáveis pelas inovações tecnológicas.

Palavras-chave: reprodução social, inserção social, organização da produção, diversidade produtiva, agricultura familiar.

ABSTRACT

THE FAMILY AGRICULTURE OF ITAQUI-RS: AN EXPLORATORY STUDY BASED ON ANALYSIS - DIAGNOSIS OF AGRARIAN SYSTEMS

Author: Albina Graciéla Aguilar Meus

Advisor: Paulo Roberto Cardoso da Silveira

Data: Itaquí, June 14, 2019.

This work uses the Agrarian Systems Analysis-Diagnosis approach and seeks to understand the production systems made up of family farmers in addition to economic logic. Analyzing family agriculture only by the economic bias can present analytical limits, because in this type of agriculture the main objective is the social reproduction of the family; and production systems, therefore, are not always constituted by the logic (rationality) of maximizing the use of factors of production, which is decisive in the case of business agriculture. In family agriculture, the social reproduction of the family is conditioned by the organization of production and the social insertion of these families in the social context. The general objective of this work is to establish, in an exploratory way, an initial reading that will enable later initiatives to characterize the socio-productive dynamics of family agriculture in the municipality of Itaquí, Rio Grande do Sul. The methodology was based on studies already done on the production and commercialization of family farming in the municipality of Itaquí, the information was qualified with the key informants (ATER agents and leaders of the family farmers), making possible the differentiation of the agrarian space in homogeneous zones. From there, it focuses on family farming, which focuses on a particular area and advances in understanding the social insertion of this category of farmers, revealing how families have established relationships with markets, formation of associations, technical assistance, access to public policies and institutions responsible for technological innovation.

Key words: social reproduction, social insertion, production organization, productive diversity, family farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema representativo da região e suas microrregiões com a zona periurbana.....	20
Figura 2: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios, identificado em verde o território do município de Itaqui.....	23
Figura 3: Banca das hortaliças na feira da agricultura familiar.....	28
Figura 4: Implantação do Projeto Ouro Doce na propriedade Santa Mathilde em 2007.....	34
Figura 5: Geoespacialização dos dados em estudo referentes à agricultura familiar do município de Itaqui-Rs.....	35
Figura 6: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, bancas para exposição dos produtos na feira, desde 1980.....	40
Figura 7: Bancas de lona, colocadas nas proximidades do Parcão em dia de Feira.....	41
Figura 8: Caminhão utilizado no transporte até a cidade dos próprios produtores e de hortifrutigranjeiros.....	41
Figura 9: Caminhão adquirido para entrega dos produtos da agricultura familiar para o PAA em 2014.....	44
Figura 10: Principais produtos (%) entregues ao PNAE em 2018, em Itaqui.....	45
Figura 11: Caminhão com baú isotérmico adquirido pelo APAFC em 2016.....	47
Figura 12: Agroindústria de Sucos Naturais Dotto, (A) logomarca, (B) estrutura da agroindústria, (C) produtos sucos Dotto.....	47
Figura 13: Logomarca da agroindústria Nihole (A), panificados (B), participação da agroindústria na feira da agricultura familiar de Itaqui-Rs.....	48
Figura 14: Logomarca da agroindústria Doce Lar (A), participação na feira da agricultura familiar (B), panificados (C).....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Criação de galináceos e suínos/cabeças e produção de ovos, em Itaquí.....	27
Tabela 2: Produção de mel em Itaquí, dados 2015.....	43
Tabela 3: Caracterização das propriedades de até 80 hectares e a produção do rebanho de bovino de leite, quantidade e valor da produção e pastagens.....	31
Tabela 1: Produtos entregues aos agricultores familiares ao PNAE em 2018, em Itaquí-RS.....	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Objetivo geral.....	16
1.2 Objetivos específicos.....	16
2 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO.....	17
2.1 Agricultura Familiar no Brasil e suas mudanças nos últimos anos.....	17
2.2 Proposta metodológica: apresentar a análise-diagnóstico dos sistemas agrários.....	19
3 ANALISANDO O OBJETO DE ESTUDO.....	23
3.1 O município de Itaquí – compreendendo a diferenciação social e espacial.....	23
3.1.1 Elementos históricos.....	24
3.1.2 Caracterização das microrregiões.....	25
3.2 Caracterização Geral – dados sobre Agricultura Familiar.....	34
3.2.1 Aspectos da dinâmica sócio-produtiva.....	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
5 REFERÊNCIAS.....	52
ANEXO.....	56

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a agricultura familiar teve seu marco normativo a partir de 1996, através da aprovação do Decreto nº 1.946 que criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), determinando a formulação de políticas públicas voltadas às demandas desse segmento de agricultores. Nesse contexto, na definição das políticas e programas de ação, torna-se importante diferenciar os agricultores familiares por meio de suas especificidades na organização produtiva, características histórico-culturais, pois representam uma heterogeneidade social e territorial. Tal heterogeneidade impõe a definição de políticas e programas adequados a cada tipo de agricultor¹.

A diversidade produtiva na agricultura familiar é de extrema importância para o desenvolvimento rural, pois, a partir dos saberes tradicionais construídos intergeracionalmente, exerce papel importante na conservação e aproveitamento dos recursos naturais e sua contribuição nas economias locais, influenciando de maneira particular às distintas comunidades (SANTOS et al., 2014). A partir da diversidade produtiva da agricultura familiar e a sua heterogeneidade organizacional, possibilita-se a análise dos estilos de agricultura. Conterato et al. (2010) em uma contextualização analítica, considera o estilo de agricultura como uma nova categoria para estratificação social.

Weisheimer, Zorzi e Kieling (2018), resumem o conceito formulado pelo sociólogo Anthony Giddens (2005) sobre estratificação social, apresentando-o como um estudo heurístico que auxilia na análise das diferenças e desigualdades existentes entre pessoas e grupos em uma dada sociedade ou em parte dela, o que permite identificar a posição que cada um ocupa na estrutura social, de acordo com um critério estabelecido teoricamente.

Para Mocelin e Gehlen (2009) define-se o conceito de “local”, como um território que pode ser identificado por meio de suas características de cidadania, trabalho e comunitarismo, definidas pelo processo de ocupação do território, relações sociais, identidade cultural e pluralidade existente no meio rural (que ocorre

¹A tipologia de agricultores familiares é elaborada a partir do reconhecimento da racionalidade dos agricultores, a qual orienta a combinação dos fatores de produção (terra, capital e trabalho); deve-se considerar que na agricultura familiar é normal os agricultores agirem com objetivos diferentes da maximização de lucro (lógica de valorização do capital); tais racionalidades buscam maximizar o uso da terra ou mão-de-obra disponível.

pela diversidade de valores sócio-produtivos e saberes tradicionais). Assim, o analista da agricultura familiar como forma de ocupação do espaço agrário se defronta com uma diferenciação espacial (a constituição de territórios como locais diferenciados) e uma diferenciação social (a estratificação dos diferentes atores que constituem estes territórios).

A partir da análise-diagnóstico dos sistemas agrários do município de Itaqui é possível estabelecer como ocorre a diferenciação social e territorial (DUFIMIER, 2010), fornecendo embasamento para compreensão da dinâmica sócio-produtiva a qual está vinculada á relação das famílias de agricultores com a sociedade envolvida e pelos meios de produção e comercialização utilizados (SILVA e DEON, 2015). Deste modo, torna-se possível compreender o sistema produtivo da agricultura familiar inserido em processo histórico-cultural e não apenas dos rendimentos da produção (DEON, VENTURINI e SILVEIRA, 2015)

O presente estudo permite avançar no entendimento da diversidade e heterogeneidade organizacional dos agricultores familiares do município de Itaqui, fornecendo indicativos para a formulação e implantação das políticas públicas.

1.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em estabelecer uma caracterização da agricultura familiar do município de Itaqui, Rio Grande do Sul com base na análise-diagnóstico dos sistemas agrários.

1.2 Objetivos específicos

a) Caracterizar a Agricultura Familiar no contexto do município de Itaqui, inserindo-a no contexto nacional, assim como, as políticas públicas implantadas.

b) Identificar a diferenciação territorial do espaço agrário do município de Itaqui, determinando zonas relativamente homogêneas.

c) Identificar os diferentes atores sociais que constituem a diversidade do espaço agrário do município de Itaqui-RS.

d) Produzir conhecimento sobre a agricultura familiar de Itaqui-RS, evidenciando suas transformações.

2 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO

2.1 Agricultura familiar no Brasil e suas mudanças nos últimos anos

No Brasil, a partir de 1996, foi definido o marco normativo da agricultura familiar, contribuindo para a formulação de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares. Por muito tempo, os agricultores familiares disputaram com os patronais por acesso ao crédito, já que os dois grupos de agricultores estavam alocados no mesmo ministério e todas as políticas eram desenvolvidas direcionadas a ambos os grupos, desconsiderando suas especificidades. “Os pequenos agricultores eram enquadrados como miniprodutores, o que os colocava em situação de desvantagem, pois tinham que disputar recursos com os grandes proprietários, os quais sempre foram os principais tomadores de crédito” (SOUZA; CAUME, 2008, p.14). Isso contribuiu na marginalização da agricultura familiar, sendo que estes créditos beneficiavam os grandes produtores considerados mais aptos para a adoção dos pacotes tecnológicos da chamada Revolução Verde; estes pacotes exigiam condicionantes para sua adoção, os quais não são encontrados com frequência na agricultura familiar.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), direcionaram suas reivindicações nas lutas por direitos dos agricultores familiares e provocaram a ampliação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Este movimento ficou conhecido pela centralidade na “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, os quais foram afetados pelo processo de abertura da economia². Na mesma década, as reivindicações dos trabalhadores rurais ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais de Luta” que, em 1995, passaram a se chamar “Grito da Terra Brasil” (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

² O processo de abertura da economia brasileira ganha força com governo Fernando Collor (2000-2002) e continua pela década de 1990, fazendo que a globalização em curso impacte de forma decisiva sobre os diferentes segmentos econômicos, mas assumindo grande relevância no *Agribusiness* brasileiro. Este processo agrava-se pelas políticas adotadas pelo estado brasileiro de redução dos aportes de recursos para a agricultura e a ausência de crédito subsidiado para a agricultura familiar.

Nesse contexto, estudos realizados pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) contribuíram para a definição do conceito de agricultura familiar, estabelecendo-se um conjunto de diretrizes que serviram para orientar o planejamento de políticas públicas adequadas às especificidades dos diversos grupos de agricultores familiares. Faz parte deste momento histórico o surgimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (MATTEI, 2006), instrumento de desenvolvimento de políticas públicas no país em prol do fortalecimento da agricultura familiar.

Para diferenciação do sistema produtivo, houve a necessidade de distinguir estes agricultores familiares por meio de suas características. Abramovay (1997) define a agricultura familiar como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Basicamente, é importante que apresente estes três atributos: gestão, propriedade e trabalho familiar.

A partir de 1996, as políticas públicas para a agricultura tiveram início, porém, somente a partir da lei federal 11.326 de 24 de julho de 2006 (conhecida também por “lei da agricultura familiar”), passa-se a ter definições legais do conceito de agricultura familiar; segundo esta lei, define-se que a dimensão da área do estabelecimento rural (no máximo quatro módulos rurais), a mão de obra empregada e a origem da principal renda da família, constituem-se em critérios de caracterização da agricultura familiar. Deste modo, o enquadramento como agricultor familiar baseia-se, portanto, na predominância do trabalho da família, mas às vezes este é complementado por mão de obra assalariada, desde que não ultrapasse dois trabalhadores permanentes e não ultrapasse o montante de trabalho familiar empregado; o importante é ter por objetivo básico a reprodução social da família, seja simples (manutenção das necessidades básicas da família e mantendo mesmo nível de produção ano após ano) ou ampliada (possibilitando incremento na estrutura de produção).

Além de operacionalizar o conceito de agricultura familiar, a finalidade deste reconhecimento legal-institucional foi que o fortalecimento da agricultura familiar iria trazer impactos positivos em emprego e renda, contribuindo, dessa forma, para a redução da pobreza no campo (SOUZA; CAUME, 2008).

Com base em dados atuais, em uma pesquisa realizada em 2018, pelo portal Governo do Brasil, comparando dados do Banco Mundial e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), aponta-se um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões pela agricultura familiar, ficando na 8ª posição de maior produtora de alimentos do mundo. A caracterização produtiva da agricultura familiar no Brasil, no último Censo Agropecuário em 2017, mostra que é responsável por 70% da produção do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café, 21% no trigo; sendo também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos, o que representam a base da economia em 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, a agricultura familiar é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros que trabalham no campo (MDA, 2018). A partir desses dados é possível afirmar que a agricultura familiar apresenta função de caráter social, pois contribui para a diminuição do inchaço dos grandes centros, pluralidade no campo e diversificação da produção, o que colabora com o autoconsumo da família e geração de renda através da abertura de novos nichos de mercado.

Bianchini (2006) defende que a agricultura familiar, enquanto sujeito do desenvolvimento, é ainda um processo em consolidação. O seu fortalecimento e valorização dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais são constituídos de uma forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos.

2.2 Proposta metodológica: apresentar a análise-diagnóstico dos sistemas agrários

A investigação foi conduzida com base na Análise - Diagnóstico dos sistemas agrários, metodologia esta que permite o estudo da diferenciação social no espaço agrário como consequência de processos de sua ocupação condicionados por elementos históricos e geo-morfológicos, identificando os diferentes atores sociais envolvidos na constituição do território (MAZOYER & ROUDART, 1987; DUFUMIER, 1996; SILVA NETO & FRANTZ, 2002). Os procedimentos metodológicos aqui utilizados têm como base a teoria de sistemas agrários. Esta perspectiva analítica

busca compreender os sistemas agrários a partir da diferenciação social, produtiva e econômica em um determinado espaço agrário. A análise pretende dar conta da complexidade da diversidade que, em geral, caracterizam as atividades agrícolas, permitindo explicitar o modo de utilização e a maneira que exploram o potencial do espaço (INCRA, 2018).

Existem vários elementos que podem advir da análise-diagnóstico dos sistemas agrários: categorizar as formas de utilização do espaço agrário, tipos sociais e tipos de atividade agrícola.

Em um primeiro momento, parte-se de estudos já realizados sobre a produção e comercialização da agricultura familiar do município de Itaqui, em especial o relatório de pesquisa produzido em parceria entre UNIPAMPA e UNIJUÍ em 2016, visando tecer uma análise inicial do espaço agrário do município de Itaqui; após, estas informações foram qualificadas com os informantes-chaves (agentes de ATER e lideranças dos agricultores familiares), possibilitando a diferenciação em zonas homogêneas³.

A análise-diagnóstico dos sistemas agrários é um método que parte do geral para o específico; em primeiro lugar é analisado os níveis mais abrangentes, tomando-se como base empírica o nível regional, o qual se denomina de sistema agrário; em uma perspectiva sistêmica se constitui em uma combinação de fatores econômicos, sociais e ambientais, os quais interagem na conformação dos sistemas de produção e vivência em um espaço agrário. Neste trabalho, esta dimensão regional é representada pelo município de Itaqui e as zonas relativamente homogêneas identificadas na análise equivalem ao nível microrregional (FIGURA 1).

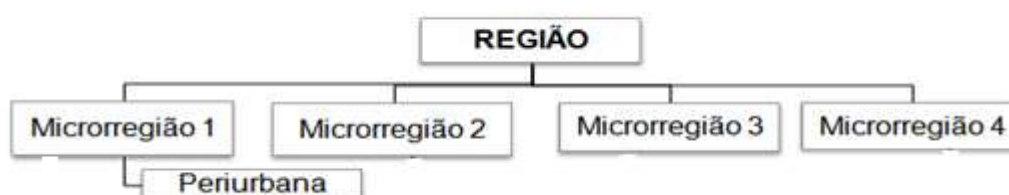


FIGURA 1 - Esquema representativo da região e suas microrregiões com a zona periurbana.

³ Parte-se da zonificação proposta pelo relatório UNIPAMPA – UNIJUÍ, aprimorando-a com o reconhecimento de novo elementos acrescentados na análise.

Em cada zona relativamente homogênea busca-se identificar os tipos sociais e os diferentes sistemas de produção. Tipos sociais referem-se a diferentes atores sociais, os quais apresentam diferentes relações com a terra, num *continuum* desde o espaço de moradia até espaço de desenvolvimento de atividades agrícolas. Por sistemas de produção entende-se uma determinada combinação dos fatores de produção oriunda da lógica impressa pelo agricultor-gestor a uma unidade de produção agrícola.

O trabalho busca avançar no reconhecimento da zona que aqui denominamos de periurbana, pois esta se encontra na periferia do território urbano, entremeada com este, onde se encontram estabelecimentos de produção agrícola.

No segundo momento, buscou-se aprofundar o conhecimento da agricultura familiar, tomando-se como base a(s) zona(s) em que ela ocorre mais significativamente; para tanto, utilizou-se de informantes – chaves e de entrevistas a campo com lideranças, objetivando identificar os diferentes atores rurais (tipos sociais) e os diferentes tipos de agricultores (sistemas de produção).

As entrevistas foram realizadas nos meses de abril a maio de 2019, sendo agendadas por meio de email; os entrevistados foram os Responsáveis técnicos da EMATER, Secretaria municipal da Agricultura e da SEAPDR (Secretaria da Agricultura e Pecuária de Desenvolvimento Rural) do estado, do programa PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar) no município do Setor da Alimentação e Nutrição Escolar de Itaqui.

O estudo trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa em que se utilizou de métodos de investigação formais, com entrevista do tipo face-a-face, com o auxílio de um questionário semi-estruturado, que serviu para orientar os questionamentos e coleta de dados.

O questionário foi produzido com perguntas que buscam responder como ocorrem as relações sociais dos agricultores familiares (mercados, associações, assistência técnica, acesso a políticas públicas, sistema produtivo), buscando identificar a dinâmica sócio-produtiva dos agricultores familiares do município de Itaqui.

A dinâmica sócio-produtiva da agricultura familiar, objetivo da análise, se pode definir a partir da diversidade e pluralidade existente na agricultura familiar, considerando o território e suas relações histórico-culturais, possibilitando

compreender os condicionantes que influenciam no modo de gestão das unidades produtivas e revelam as relações sociais em que estão imersas. Por modo de gestão entende-se a lógica adotada pelos agricultores-gestores ao organizar seu sistema de produção, considerando as restrições e pressões vivenciadas⁴.

Nesse contexto é necessário conceituar quais estabelecimentos rurais podem ser considerados como de agricultura familiar⁵, como instituído no Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999. Conforme INCRA (2013) no município de Itaqui um módulo fiscal é igual a 20 há, sendo que existem 1448 imóveis cadastrados que ocupa uma área de 330.606,1ha. O escopo de nossa pesquisa são os agricultores familiares, ou seja, aqueles que detêm menos de quatro módulos fiscais e adequem-se aos critérios definidos em lei.

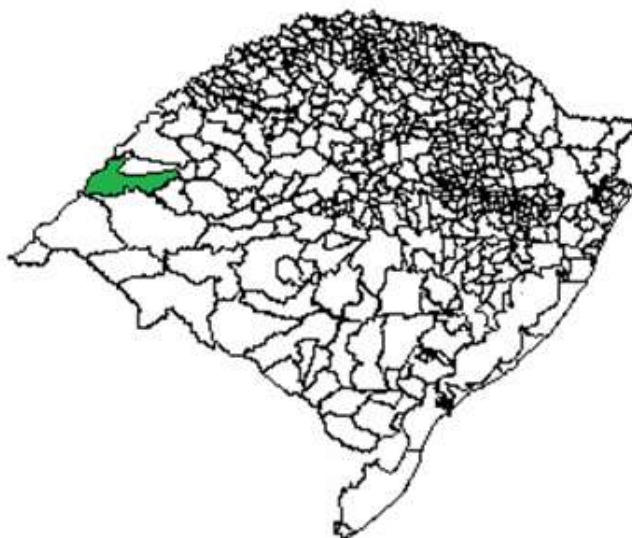
⁴ Segundo Silveira (1994), as restrições são elementos internos às unidades produtivas e as pressões são externas, todas impactando nas possibilidades de ação do gestor. As restrições podem ser agroecológicas (relativas à características edáficas, de relevo e bioclimáticas), econômicas (relativas aos fatores de produção disponíveis: terra, capital, trabalho), sociais (relativas à escolaridade e trajetória do agricultor) e técnicas (relativas a limites no acesso a tecnologia que favoreça a produtividade do trabalho); as pressões são relativas ao mercado e as políticas públicas, as quais impactam nas decisões do agricultor - gestor.

⁵ Segundo a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006; Art. 3º agricultor familiar é aquele que atende a todos os seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

3. ANALISANDO O OBJETO DE ESTUDO

3.1 O município de Itaqui – compreendendo a diferenciação social e espacial

O município de Itaqui⁶ está localizado na região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, com uma área de 3404,047 km² de unidade territorial, com latitude de -29,125 e longitude de -56,553. O município possui uma população estimada em 38.166 habitantes, dos quais 33.318 moram na zona urbana e 4.848 na zona rural (IBGE, 2013). Itaqui faz limite (Figura 2) com municípios gaúchos e com a Argentina: ao norte limita-se com o município de São Borja, ao sul com Uruguaiana através do Rio Ibicuí, a leste com os municípios de São Francisco de Assis e Santiago e, a oeste, faz limite através do Rio Uruguai com as cidades de Alvear e La Cruz, na Argentina (PREFEITURA MUNICIPAL, 1995).



Fonte: GOOGLE MAPAS, 2019.

FIGURA 2 - Mapa do Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios, identificando em verde o território do município de Itaqui.

⁶O nome do município “Itaqui” teve sua origem a partir do povo guarani. Conforme Santos (2008), na tradução do averetã guarani, “Itaqui significa pedra macia, boa para amolar, para afiar”. Averetã Guarani: estudo da etimologia e conhecimento toponímico.

3.1.1 Elementos históricos

Elementos históricos no processo de ocupação do território foram determinantes para transformações na agricultura, contribuindo para a diferenciação dos sistemas agrários do município de Itaqui.

Silva Neto e Frantz (2002) relata que o Rio Grande do Sul de maneira genérica foi dividido em duas metades, a Norte e a Sul; predominando em suas formações sociais e naturais características distintas que deram origem a dois grandes sistemas agrários. A região norte originalmente tinha formação florestal e a região sul com a predominância de campos com pastagem naturais.

Foi realizada uma reconstituição da história de ocupação do território do município de Itaqui-RS, o qual teve em sua origem dois fatores importantes: um é o acesso as vias marítimas e fluviais que eram de extrema importância para rota de comércio; e outro fator era os campos planos e pastagens ricas em folhagens que favorecia a criação de gado. COLVERO & ASSIS (2012), apresentam elementos históricos na formação e ocupação do espaço da região:

- I. Até 1629 as terras dessa região eram consideradas desertas, com poucas palhoças de tribos de índios Charruas e Minuanos, conhecidos por nômades⁷ (TRINDADE, 1985); esses índios não praticavam a agricultura e utilizavam estas terras para pastagens e criação de gado vagante (BUSATO, 1981).
- II. 1629 a 1802 - as terras serviam para criação de gado da Missão Jesuítica de La Cruz que fazia parte dos trinta povos das Missões.
- III. 1802 - começou a doação das primeiras Sesmarias na região do Rincão da Cruz, onde atualmente está localizada a cidade de Itaqui. Com a ocupação por sesmeiros, que em certos momentos eram pessoas de diferentes regiões que passaram a estabelecer grandes latifúndios (estâncias) para criação de gado que segundo ao tamanho determinava o poder. A ocupação ocorreu devido a necessidade de defender o território, porque havia frequentemente conflitos com espanhóis; neste processo de ocupação do território ocorre

⁷ Índios que não tinham lugar de moradia fixa, buscando a sobrevivência e não praticavam a agricultura dependiam de coleta de frutos e caça e pesca.

grande diversificação étnica (índios guaranis, charruas, pampeanos e minuanos, assim como, espanhóis, portugueses e malonés⁸); a ocupação começou as margens do rio e como passou a haver a necessidade de plantações e cultivos, pois com as distâncias e transporte realizado por carroças na época não era viável trazer hortifrutis de outras localidades. Mais tarde com a Lei das Terras em 1850, possibilitou-se que as terras poderiam ser vendidas; a partir daí começou o desmembramento das sesmarias.

- IV. 1930 – a produção orizícola começou por Nabor Salgado nas várzeas do rio Cambaí. Até então o principal atividade produtiva era a pecuária de corte. Mas apenas em 1950 a produção de arroz começou a ser intensificada no município, com um crescimento maior a partir de 1970 com as transformações tecnológicas da Revolução Verde⁹.
- V. 1930 a 1960 – período em que se sucedeu a chegada dos imigrantes inicialmente italianos e alemães na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Embora, existam informações sobre a chegada de alemães estes não permaneceram nesta região, enquanto os italianos fixaram território e contribuíram com a população local, trazendo sua cultura e novos costumes; a partir daí percebe-se a introdução de um novo tipo de agricultor, o qual consegue produzir em propriedades pequenas com uma diversidade de cultivos, como os pomares, as hortas, as criações de animais domésticos e a produção de produtos caseiros, como queijos, morcela, linguiça, compotas, conservas (SINDICATO RURAL DE ITAQUI *apud* CERETTA, 2013).

3.1.2 Caracterização das Microrregiões

As características histórico-geográfica da região servem para orientar como se sucederam as transformações ocorridas nas condições e formas de produção ao longo da trajetória de evolução da agricultura de Itaqui; com reconhecimento dessas

⁸ Bando de maloqueiros e bandoleiros.

⁹ Refere-se a um conjunto de tecnologias mecânicas, químicas e biológicas, as quais desenvolvidas nos centros internacionais de pesquisa se difundiram pelo mundo e promoveram grandes incrementos em produção e produtividade na agricultura.

características se configuraram em quatro grandes Microrregiões agrícolas (MR) distintas (BASSO, et al., 2016). Pela análise e diagnóstico dos sistemas agrários pode se verificar a heterogeneidade da região de estudo; o que torna importante as demarcações e divisões, pois pode-se distinguir regiões com características homogêneas que permitem identificar os diferentes tipos de agriculturas e os condicionantes ecológicos das atividades agrícolas como também levantar hipóteses acerca das homogeneidades e da formatação das paisagens agrárias.

As região pode ser definida a partir das quatro microrregiões dos quais se pode identificar uma microrregião dentro da microrregião 2, isso devido a presença de estabelecimento familiares dentro do território demarcado como urbano. A seguir as microrregiões com características dos solos e hidrografia conforme Basso et al., (2016). E quanto às características de produção presentes nas microrregiões, consideram-se as entrevistas com informantes-chaves e bibliografia.

a) Microrregião 1

Os agricultores das microrregiões 1, 2, 3 são considerados patronais, pois a atividade na produção de arroz e pecuária é altamente especializada, grandes extensões de terra com alto grau de capitalização, tração mecanizada completa, empregando mão de obra assalariada.

Essa microrregião tem como importante característica hidrográfica os Rios Uruguai e Ibicuí, além de barragens. O relevo nessa microrregião é caracterizado por planície e várzeas, a classe de solos que predominam em 56,78% é o Plintossolo, apresentando boa aptidão no cultivo para arroz. Segundo Embrapa (2013), a campanha e fronteira oeste do Rio Grande do Sul destacam-se como as regiões que mais produzem o cereal, isso devido ao Bioma onde estão inseridas, com características peculiares de clima, solo e recursos hídricos que beneficiam o cultivo de arroz irrigado. Ceretta et al., (2014), relata que parte desses produtores de arroz são caracterizados como agricultores familiares, pois possuem menos de quatro módulos rurais e o cultivo é de responsabilidade da família.

b) Zona Periurbana

Na zona periurbana a categoria de agricultores pode ser caracterizada por familiares; a agricultura com a introdução de cultivos variados se desenvolveu junto com a cidade mais especificamente em 1820, devido a dois fatores: um é a distância

para trazer produtos perecíveis de outras cidades devido a logística e armazenamento, a qual na época era precária; outro fator é a proximidade com o rio que possibilitava o escambo de mercadorias. Esses acontecimentos ocasionaram a implantação de pequenas hortas e criação de animais para consumo da cidade.

O periurbano esta dentro do território urbano e nos arredores da cidade de Itaqui, sendo a caracterização do relevo e solos a mesma da microrregião 1, na hidrografia se destaca a proximidade com o Rio Uruguai e alta densidade demográfica. O relevo na zona periurbana é caracterizado por planície e várzeas, a classe de solos que predomina é o plintossolo. Na zona periurbana a produção é predominante do tipo agricultura familiar e está mais expressivamente na localidade no Serro dos Deleon, onde se tem como característica peculiar uma área extremamente pedregosa e devido a isto, dificulta-se a mecanização; neste contexto, a principal atividade é a criação de bovinos de leite, mel, criação de galináceos e suínos e cultivo de pequenas hortas.

O sistema de criação de aves e suínos conforme é apresentado na tabela 1 é uma atividade voltada principalmente para o autoconsumo das famílias. Os canais de comercialização da produção de ovos é basicamente venda direta ao consumidor, através das feiras, se apresentando como atividades familiares. O frango colonial, conhecido como caipira ou rústico, é o mais consumido mundialmente. Os dados abaixo na tabela 6 são referentes a uma média de produção de todo município.

TABELA 1 - Criação de galináceos e suínos/cabeças e produção de ovos, em Itaqui.

Produção	Galináceos	Suíno/cabeças	Valor R\$
Animais	7.918 cabeças	4.178	--
Ovos	104 mil dúzias	--	380 mil
Total da produção	15.320 cabeças	46.780	---

Fonte: IBGE, 2015.

A produção do mel (tabela 2) é uma atividade em que os apicultores são pessoas que desenvolvem diversas atividades, não sendo exclusivamente de agricultores. Os agricultores que são apicultores aproveitam essa atividade para agregar renda, diversificando sua produção. A associação dos produtores de mel de

Itaqui-APROMI, em convênio com instituições como a UNIPAMPA e EMATER, estabelece relações para capacitação dos apicultores para produção de novos produtos derivados do mel. O município é conhecido pela produção de arroz, os estabelecimentos geralmente têm que destinar uma área para implantação de cultivos florestais (eucalipto) devido a sombra que estas plantas proporcionam, tornando-se propício para a colocação de caixas, pois, no verão as temperaturas ultrapassam os 30°C, o que contribui para aumento da produção.

TABELA 2 - Produção de mel em Itaqui, dados 2015.

Mel de abelha	Preço kg	Total da produção
Quantidade produzida	kg	20.300
Valor da produção	20,00	(420,00 x 1000) R\$

Fonte: IBGE, 2015.

As hortaliças geralmente são vendidas sem nenhum tipo de processamento; as hortaliças que foram vendidas em feiras e porta em porta são moranga cabutiá, alface, cheiro verde, couve, manjeriço (Figura 3).



Fonte: Programa Agricultar, 2019.

FIGURA 1 - Banca das hortaliças na feira da agricultura familiar.

c) Microrregião 2

Os agricultores dessa microrregião 2 são classificados como agricultores patronais, desenvolvendo uma agricultura especializada e mecanizada, utilizando mão de obra assalariada. Quanto ao relevo é levemente ondulado, solo arenoso,

campos nativos, pouca hidrografia, o que há necessidade de barragens e baixa densidade demográfica. As pastagens de formação do bioma pampa contribuem para o desenvolvimento da atividade pecuária.

Nessa microrregião 2, a formação das pastagens de campo nativo propicia o desenvolvimento da pecuária de corte. Ceretta et al. (2014), em uma contextualização do histórico do município, ressalta como foi introduzido gado nesses campos; a Redução de La Cruz foi fundada em 1657 e fixou-se definitivamente no seu local atual a partir de 1700 e Itaqui era um campo de pastoreio e criação de gado do Povo Jesuíta antes da definição das fronteiras. A atividade no município é desenvolvida por 1680 pecuaristas, dentre os quais apenas 600 são estabelecimento com até 80 hectares, estando mais acentuadamente presentes nas localidades do Ibicuí, Passo do Silvestre, Tuparay, Butuí, Chapadão, Itaó e Curuçú. O que contribui para atividade pecuária nessas microrregiões é o bioma pampa.

d) Microrregião 3

A microrregião 3 é principalmente composta por agricultores patronais, com características parecidas das microrregiões 1 e 2; a agricultura especializada na produção de arroz e pecuária de corte, com grandes latifúndios e tração mecanizada completa, empregando mão de obra assalariada.

As características quanto ao relevo se apresenta ondulado, solo vermelho classificado como terra roxa estruturada eutrófica sendo este mais profundo, com pouca hidrografia e barragens e baixa densidade demográfica.

Apesar de não ser uma microrregião com base na produção a partir da agricultura familiar, já aparecem aqui os estabelecimentos familiares. Esses empregam exclusivamente mão-de-obra familiar e estão distribuídos nas microrregiões 3 e 4, onde é encontrada uma agricultura mais diversificada, intensiva e também capitalizada, onde predominam agricultores de médio e pequeno porte em extensão de terra.

e) Microrregião 4

Essa microrregião 4 é fortemente caracterizada pela agricultura familiar, onde as famílias empregam exclusivamente mão-de-obra familiar, com propriedades de médio e pequeno porte, com uma agricultura mais diversificada, intensiva e

capitalizada. Nessa microrregião 4 é onde encontramos os agricultores familiares de menor porte, principalmente nas localidades de Curuçu, Passo da Cachoeira e Itaó. Entre os agricultores familiares de pequeno porte ocorre uma maior diferenciação técnica e socioeconômica em função do tamanho do lote de terra, da combinação de atividades e do grau de intensificação da produção.

O relevo é caracterizado como ondulado e fortemente ondulado, solos caracterizados como planossolo eutrófico que se apresentam arenosos com área de afloramentos de rocha (arenização), baixa hidrografia e alta densidade demográfica. Nessa microrregião a principal característica é a predominância da pecuária familiar, (produção de gado extensivo e em baixa escala), presença de hortas, fruticultura, batata e mandioca em escala comercial, médio e baixo grau de capitalização e infraestrutura precária.

Para Ceretta (2014), a diversidade de cultivos sempre esteve presente entre essas famílias imigrantes, onde reservavam um espaço perto das moradias para o cultivo de hortas e pomares. As feiras sempre representaram um ponto forte no escoamento da produção.

A produção da mandioca (*Manihot esculenta*) e batata doce (*Ipomoea batatas* L.) é praticamente exclusiva da agricultura familiar. A mandioca, seguida da batata doce são considerados produtos mais produzidos no município com 300 toneladas ao ano em uma área colhida de 30 hectares, com rendimento médio de 10 t/ha¹⁰ (EMBRAPA, 2017). Segundo Ceretta (2016), as lavouras temporárias apresentam uma boa diversidade no Município, sendo que o arroz ocupa o lugar de destaque, seguido pela soja, milho, trigo, linho, batata doce e a mandioca.

Para dar mais notoriedade e estabelecer um novo nicho de mercado, os agricultores muito em breve irão contar com uma agroindústria de processamento mínimo, valorizando e agregando valor aos produtos. A agroindústria de processamento mínimo também contará com embalagem a vácuo, estando em fase de conclusão, e beneficiarão as culturas da mandioca, batata doce, moranga, repolho, pimentão, figo e ofertará kits sopas, produtos produzidos pelos agricultores das localidades do Curuçu, Itaó e Passo da Cachoeira. As raízes de mandioca e batata doce são vendidas na feira, PAA (Programa de aquisição de alimentos),

¹⁰ a média esta sub estimada chega até 60t/há.

PNAE e para atravessadores, mas ainda com casca, o que prejudica a aceitação pelos consumidores.

Na região Sul, a pecuária leiteira apresenta destaque na produção, se consolidando como uma importante fonte de renda para os agropecuaristas familiares (BERRO et al., 2014), trazendo desenvolvimento para regiões em que o sistema produtivo de cunho campesino é praticado; este sistema de produção leiteira está atrelado com a absorção da mão de obra, valorização da propriedade por ser uma atividade com garantia de renda e que possibilita a utilização de terras pouco produtivas.

Com base nas informações passadas pela SEAPDR contidas na tabela 2, o estabelecimento da atividade de criação de bovino de leite está mais concentrada nas localidades de Itaó, Passo da Cachoeira e Curuçú, representando um total de 200 produtores; e são propriedades de até 80 hectares, totalizando 16.000 hectares, sendo que 3.200 hectares são implantados pastagens e a restante com utilização do campo nativo. Um fator importante é a informalidade por parte dos produtores, o que se explica pela lucratividade obtida na venda direta ao consumidor; não há investimento alto em estrutura e conseguem lucrar 100% a mais pelo produto neste modo de comercialização. Brandão et al. (2015), relata sobre a informalidade da produção leiteira na agricultura familiar de Itaqui, associando-a suas características econômicas, especialmente a baixa escala de produção, demanda garantida e o valor pago pelos clientes.

TABELA 3 - Caracterização das propriedades de até 80 hectares e a produção do rebanho de bovino de leite, quantidade e valor da produção e pastagens.

	Quantidade	Produção de leite e área total	Tipo de produção e escoamento	Lucratividade da produção R\$
Vacas de leite	1.330animais	2.332,500litros	Formal - BRF	0,75 – 1,25 R\$/L
		2.600,000litros	Informal - Feira	2,50 – 3,00 R\$/L
Pastagens	3200hectares	--	--	--
Pecuaristas com até 80 hectares	200 estabelecimentos	16000hectares	--	1.500,00 R\$ ao mês

Fonte: SEAPDR, 2019.

As pastagens cultivadas para os animais no verão são milheto e capim Sudão; já no inverno tem preferência por aveia e o campo nativo para ambas as estações. No período de inverno, ocorre a “dormência” dos campos nativos, onde os

mesmos diminuem significativamente sua produção e qualidade. Como estratégia para evitar a perda de peso dos animais nesse período ocorre à utilização da aveia ou azevém como pastagem de inverno, as quais são consideradas como uma alternativa viável para a produção de bovinos de leite devido a sua boa qualidade nutricional e aceitabilidade pelos animais (CECATO et al., 1998).

A região da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul é região conhecida pelas pastagens nativas, sendo a principal fonte de alimento para os animais o que contribui para a continuidade da pecuária de leite, embora a produção de leite do município seja em torno de 1.430 mil litros/dia (Tabela 2), o que representa uma participação de 0,1 % para a produção do estado. Apesar de representar uma produção pouco expressiva, muitas famílias vivem da renda gerada pela produção do leite e tem como benefício o autoconsumo e escoamento da produção através da diversificação de produtos (rapadura de leite, doce de leite, queijo, iogurte, nata e outras utilidades).

A maioria desses pecuaristas desenvolvem suas atividades na informalidade e se se enquadram como agricultor familiar, segundo relatado na pesquisa de Brandão et al., (2015). Constatou-se que apenas três pecuaristas na bovinocultura de leite vendem seus produtos a empresas.

A produção de bovinos de leite tem como benefício aos produtores a garantia de renda para as famílias. É importante essa garantia, pois os produtores podem fazer aquisição de equipamentos para o armazenamento do leite e planejar investimentos para o futuro. Os agricultores entregam o leite resfriado para a indústria BRF SA (Brasil Foods). Para entregar leite, o agricultor precisa se inscrever para que a indústria recolha o leite na propriedade; mas para que isso ocorra os pecuaristas e as propriedades precisam passar por um processo de adaptação a um novo sistema de manejo. Para Clemente e Hespanhol (2009), os pequenos pecuaristas aderem a essa atividade, pois a pecuária leiteira oferece maior liquidez, o que a torna bastante relevante e possibilita ao proprietário rural saldar suas despesas cotidianas, como energia elétrica e despesas ligadas à reprodução social da família, como vestuário, alimentação, transporte, lazer e outros.

As dificuldades encontradas pelos pecuaristas são a adequação à legislação, demanda de investimentos altos e a distância que acarreta maior custo de transação e assim diminui o valor recebido pelo produtor.

A produção de laranjas (*Citrus sinensis*) no município teve início na implantação em 1920 na Fazenda Alto Uruguai, propriedade do Coronel Euclides Aranha. Também era conhecida a propriedade do senhor Atílio Mandadore, ao qual cultivava cerca de 26.000 pés de laranjeiras (SANTOS, 2008). Em 1937, houve incentivos por parte dos órgãos governamentais (Prefeitura Municipal e Estado) para o processo de beneficiamento e exportação da laranja. No entanto, ocorreram problemas alfandegários nas exportações, com isso, sucedeu-se a falta de escoamento do produto e de incentivos fiscais, resultando no desestímulo dos produtores; destaca-se, também, o ataque de gafanhotos, o que acabou destruindo totalmente os pomares e encerrando o cultivo de frutas cítricas em larga escala em Itaqui (SANTOS, 2008).

No intuito de retomar essa produção, visando renda para pequenos produtores, iniciou-se o projeto Ouro doce em 2007 com a implantação do pomar na propriedade Santa Mathilde; na ocasião foram implantadas oito mil mudas em uma área de 15 hectares (Figura 4), sendo a estimativa de que mais de 20 pequenos agricultores pudessem ser beneficiados com a produção de laranjas. No entanto, algumas práticas de manejo não foram executadas, o que resultou no fracasso do projeto. Uma dessas práticas foi a implantação das mudas em solos de campo nativo sem que houvesse preparo, isso por que solos para a produção de citros devem passar pela correção do ph e alto investimento em calagem e adubação.

Para Barbosa (2011), o solo deve ser preparado para a implantação da cultura de citros, e quando realizado de forma inadequada pode gerar prejuízos irremediáveis para a planta durante o seu ciclo. Isso ocorre devido à relação da condição física do solo com o crescimento do sistema radicular das plantas, pois este é a sede de alguns dos principais processos físicos e metabólicos que atuam no funcionamento geral da planta (FIDALSKI et al., 2007; TESTEZLAF et al., 2007). Por outro lado, quando essas plantas se encontram em solos soltos e bem estruturados, apresentam um vigoroso sistema radicular (MALAVOLTA e VIOLANTE NETO, 1989). No caso de plantas perenes, deve haver um planejamento em longo prazo, pois, apenas a partir do 7º ano a produção vai passar a ser rentável, tratando-se de cultivos que geralmente com bom manejo de solo e adubação consegue chegar a 30 anos de vida útil.



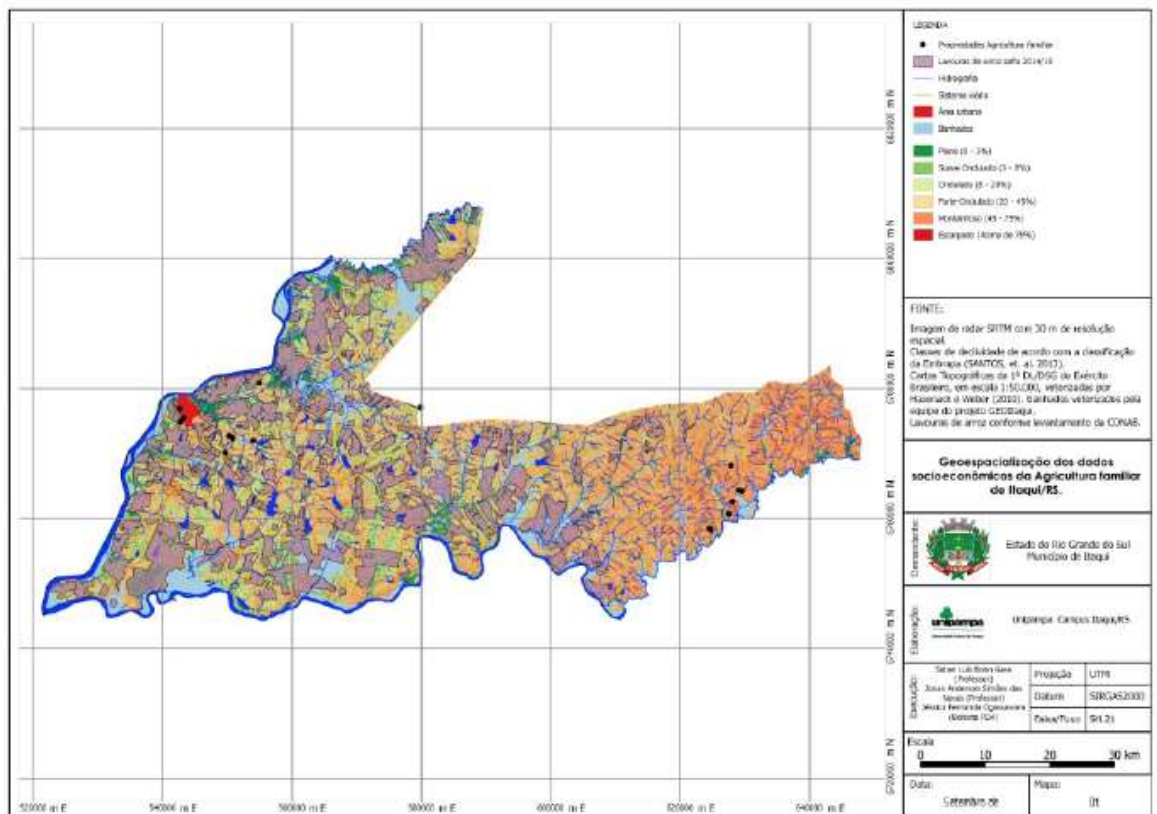
Foto: Prefeitura Municipal de Itaquí, 2019.

FIGURA 4 - Implantação do Projeto Ouro Doce na propriedade Santa Mathilde em 2007.

No município, a produção de laranjas nos dias atuais é de 161 toneladas, sendo o terceiro produto mais produzido (IBGE, 2015); os pomares estão estabelecidos em pequenas propriedades e tem contribuição em parte da renda desses agricultores familiares. De acordo com o IBGE (2009), as lavouras permanentes no município compreendem o cultivo de laranja e uva, numa área que não atinge 30 ha.

3.2 Caracterização Geral – dados sobre Agricultura Familiar

As unidades de produção agrícola da agricultura familiar estão na microrregião 4 e 1, na zona urbana é possível verificar uma zona periurbana, onde está bastante caracterizada a agricultura familiar. A figura 5 é possível verificar essas microrregiões onde se desenvolve a agricultura familiar.



Fonte: Ogassawara et al., 2017.

FIGURA 5 - Geoespacialização dos dados em estudo referentes à agricultura familiar do município de Itaqui-Rs.

Conforme o IBGE (2013), a principal atividade econômica de Itaqui está baseada na agricultura onde se destaca a produção de arroz que representa cerca de 80% da economia agrícola, sendo que parte dos rizicultores como foi levantado por Ceretta (2013), são agricultores familiares. Outros 20% fica a cargo da pecuária e demais atividades que representam tanto a agricultura familiar, quanto patronal (IBGE, 2013).

Em uma caracterização dos estabelecimentos rurais do município Ceretta (2013) faz uma separação entre familiar e não familiar. Estabelece que agricultura familiar abranja uma área de 12.551ha distribuído em 344 estabelecimentos, sendo que 74% desses utiliza apenas mão de obra da família. Enquanto os estabelecimentos patronais totalizam 320 em uma área de 242.952ha e apenas 25% utiliza apenas mão de obra familiar. Nesse contexto, é possível fazer um levantamento do que está sendo produzido pelos estabelecimentos da agricultura familiar no município. Conforme dados do IBGE (2019), dentre as atividades de produção a mandioca com 300 toneladas/ano é totalmente oriunda da agricultura

familiar, seguido da batata doce, laranja, milho, leite, ovos e mel, pode-se destacar também a suinocultura e bovinocultura de corte.

A comercialização dos produtos gerados na agricultura familiar no município são geralmente realizados em circuitos curtos (feiras de agricultores, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, entrega ao pequeno varejo e até supermercados locais), ou seja, não são vendidos para fora do município.

Souto et al., (2013), no II Encontro da agricultura familiar de Itaqui-Rs elenca as demandas em conformidade aos anseios dos agricultores. Das quais se podem citar a assistência técnica (mais técnicos da ATER para atender os produtores, considerando a quantidade de estabelecimentos rurais e a distância a ser percorrida no meio rural); quanto a sistematização da produção (boas práticas de produção, conservação e comercialização; processamento mínimo dos produtos, implantação de agroindústrias e o SIM - Serviço de Inspeção Municipal e de uma Central de Comercialização estruturada para auxiliar a agricultura familiar); quanto a especialização técnica dos agricultores (realização de eventos, palestras e cursos nas localidades distantes da sede do município, pesquisas, visitas e cursos); quanto a estrutura (implantação de poços artesianos para aumentar a disponibilidade de água para os produtores da localidade do Curuçú); demandas referentes à feira do produtor (transporte adequado para os produtos, local adequado para a realização das feiras e regularidade na realização das mesmas. Incluindo-a ainda como parte da programação de outros eventos que ocorram na cidade. Ampla divulgação das feiras junto à comunidade e realização da feira aos sábados).

Essas demandas em parte foram solucionadas ou estão em fase de regularização. Há uma parceria entre a UNIPAMPA, EMATER e Secretaria Municipal de Agricultura, o que tem contribuído para a realização de eventos, palestras e cursos. E através das mídias como rádio, redes sociais tem se promovido as feiras da agricultura familiar e informado à sociedade da importância de se consumir alimentos de procedência da agricultura familiar, pois gera renda aos agricultores que gastam no comércio da cidade, movimentando a economia local. No que diz respeito às demandas quanto à estrutura e logística, recentemente o município adquiriu um caminhão-baú, o qual serve para trazer os produtos das localidades do interior até a sede, interferindo no problema principal de escoamento da produção; outra melhoria que ocorreu foi a viabilização de uma estrutura de bancas para a

realização das feiras, as quais foram obtidas através de verba do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social).

3.2.1 Aspectos da dinâmica sócio-produtiva

Analisar a agricultura familiar apenas pelo fator econômico pode apresentar limites analíticos, pois nesse tipo de agricultura, o objetivo principal é a reprodução social da família; e os sistemas de produção, deste modo, nem sempre são constituídos pela lógica (racionalidade) de maximização da utilização dos fatores de produção, a qual é determinante em casos da agricultura empresarial. Na lógica de uma agricultura que se baseie na exploração do trabalho assalariado, denominada agricultura patronal, a maior produtividade do fator trabalho assume a racionalidade de constituição do sistema de produção. E com o contínuo incremento tecnológico o aumento da produtividade da terra tem sido uma constante e um diferencial na viabilidade deste tipo de agricultura.

Na agricultura familiar, a reprodução social da família como agricultores é condicionada pela organização da produção e pela inserção social dessas famílias no contexto social. A organização da produção é estruturada a partir dos recursos disponíveis em terra, capital e trabalho, sendo a mão-de-obra familiar o critério mais importante nas decisões tomadas pelo agricultor. Assim, cada família poderá organizar seus recursos de uma forma específica, organizando sua produção dentro do sistema. Para fins de análise toma-se um sistema de produção como forma de representar uma lógica característica de famílias que se comportam de forma semelhante.

A organização da produção se dá pela racionalidade de utilização dos recursos (mão de obra, terra e capital) disponíveis para as famílias. Lima et al., (2001) considera o “nível de reprodução social simples”, quando após um ano agrícola, a família se mantém na mesma categoria social; e no caso de uma reprodução “ampliada”, em uma categoria social tendencialmente mais capitalizada, o que leva a mudanças na estrutura da unidade de produção e pode repercutir nos níveis de renda e de disponibilidade de fatores de produção, terra e capital.

Em uma definição mais abrangente, Neto et al. (2009), salienta que reprodução social pode ser entendida de duas formas, a simples e a ampliada. O nível de reprodução simples (NRS) se constitui em um indicador básico para analisar

a capacidade de reprodução das unidades familiares. O conceito de NRS é a renda mínima necessária para a manutenção da família, permitindo acesso à alimentação, saúde e educação. No caso da reprodução ampliada, entende-se a capacidade de alcançar maior nível de capitalização, mudando de camada social.

A inserção social das famílias implica em possibilidades de desenvolver com melhor resultado um sistema de produção capaz de atender as necessidades de reprodução social da família. A inserção social se estabelece a partir de relações com os mercados, associações, assistência técnica, acesso às políticas públicas e instituições responsáveis pelas inovações tecnológicas. Estas relações dependem da forma específica que cada família se relaciona com a sociedade local. Pode-se afirmar que a organização da produção é imbricada com a inserção social da família no contexto social, ou seja, sua relação com os processos de desenvolvimento local e territorial.

Ogassawara (2016) descreve a dinâmica sócio-produtiva como um conjunto de elementos que possibilitam a reprodução social das famílias agricultoras. Esses elementos envolvem uma estrutura que tem como centro as relações sociais que se formam a partir de atores econômicos, instituições políticas e sociais, representações do Estado e comunidade local rural e urbana.

Em seus estudos, o sociólogo Frances Pierre Bourdieu, esclarece que o estruturalismo deu origem a noção de sistema de estratégias de reprodução na instituição das práticas sociais. Em contraponto, propõe um estudo das estratégias pelas quais diferentes categorias sociais reproduzem sua posição no espaço social a partir de uma socialização que engendra determinados arranjos. Tais estratégias se dão em acordo com os mecanismos socialmente objetivados na reprodução social (mercados, economia, estrutura escolar, matrimonial, trabalho e as regras jurídicas), e os ganhos que estes oferecem para as famílias (BOURDIEU, apud, BRUMER e ANJOS, 2005).

O que explica a existência de diferentes características dentro da agricultura familiar é a relação com a quantidade de terras (pequena, média e grande) em posse das famílias, sendo que o tamanho da propriedade condiciona os sistemas de criação e cultivo adotados pelo agricultor (a organização da produção). Nas propriedades de pequeno e médio porte, a diversidade produtiva é uma estratégia muito adotada, pois todos os cultivos têm baixa escala de produção e a comercialização ocorre em circuitos curtos em uma relação direta com o

consumidor. Nesse sentido, OGASSAWARA (2016) aponta que há muitos extratos de agricultores familiares, normalmente situados em regiões marginais, permanecendo no rural e realizando atividades agrícolas como principal fonte de renda, adotando estratégias ainda pouco conhecidas.

Em propriedades de grande porte na agricultura familiar percebe-se uma menor diversidade produtiva com um sistema de criação ou cultivo predominante, sendo que, a comercialização geralmente ocorre em mercados formais.

O dinamismo sócio-produtivo se dá pelas estratégias de reprodução social, ou seja, quais estratégias utilizadas pelas famílias na produção e comercialização dos seus produtos.

a) Feiras

A feira de produtores rurais teve início em 1980 no município de Itaquí, e ocorria apenas na Praça Marechal Deodoro (Figura 6). O que possibilitou a ocorrência da feira foi a parceria entre produtores, EMATER/ASCAR, Secretaria da Agricultura do Município, pois havia uma demanda para escoar a produção das pequenas propriedades do município e a necessidade de geração de renda aos agricultores familiares (BRANDÃO et al., 2015). No artigo sobre as feiras de Itaquí, “As feiras enquanto espaço de construção de identidade”, relata-se que os produtores que participam da feira nem sempre correspondem exatamente a categoria familiar, pois possuem heterogeneidades em relação ao perfil, sendo muitos empreendedores rurais ou urbanos e até atravessadores¹¹ (BRANDÃO, 2015).

¹¹ Aqueles que compram produtos de outros agricultores, cumprindo um papel de carrear para o mercado produtos daqueles que não tem condição de transportar seus produtos ao meio urbano (ou não tem interesse em participar de feiras).



Fonte: Autora, 2019.

FIGURA 6 - Praça Marechal Deodoro da Fonseca, bancas para exposição dos produtos na feira, desde 1980.

As feiras de produtos da agricultura familiar em Itaqui ocorrem em pontos diferentes da cidade. Com a fundação da APAFI (Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Itaqui), os agricultores passaram a sentir a necessidade de um lugar fixo para que vários produtores pudessem participar e assim todos contribuiriam com a diversificação dos produtos oferecidos aos clientes, por isso, passou a ser realizado o feirão no Parcão aos sábados; a frequência depende da ocorrência de produtos sem possibilidade de comercialização. Assim, não ocorrem regularmente, sendo planejada com a participação da UNIPAMPA junto a EMATER, secretaria municipal de agricultura e APAFI, a qual busca via projetos potencializar o espaço junto aos consumidores¹².

As estruturas das barracas utilizadas no parcão para o feirão mensal são estruturas de ferros com proteção de lona (Figura 7); esse feirão ocorre com a participação de agricultores dos distritos e localidades mais distantes da cidade (localidades do Itaó, Passo da Cachoeira e Curuçu), contando com a participação de produtores de hortigranjeiros próximos ao centro urbano (zona periurbana) e agroindústrias formalizadas¹³.

¹² Cita-se o “Programa Agrícola: compartilhando conhecimentos e vivências”, o qual trabalha ações de qualificação dos produtos na área de marketing e qualidade ampla (sanitária e nos aspectos relacionados à alimentação saudável, bem como as características artesanais), enfocando-se a formação das famílias e o acompanhamento da feira; a ação desenvolvida pelo PET AGRONOMIA, visando promover o espaço feira e buscando junto ao curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos oferecem oficinas de qualificação do processamento dos produtos de origem animal e vegetal.

¹³ Temos no meio rural do município duas agroindústrias de panificados e uma de sucos de uva e laranja, as três legalizadas; e está em construção uma quarta agroindústria que processará mandioca, vinculada à famílias que participam das feiras.

Cada vez que se propõem a realização do feirão, ocorre reunião das entidades promotoras com as famílias no meio rural e dez são sorteadas para trazerem seu produto na feira, utilizando-se um caminhão baú (Figura 8) conseguido via emenda parlamentar e que é conduzido por motorista do poder público municipal. Outras famílias podem participar se tiverem possibilidade de transporte alternativa. Inicialmente, o feirão ocorria quando os programas de compras institucionais (PAA e PNAE) não conseguiam dar vazão aos produtos disponíveis para comercialização. Em 2019, como estes programas foram interrompidos com a assunção do novo governo federal, os feirões têm sido propostos na proximidade de datas comemorativas. E a tendência é que sua frequência aumente pela necessidade de espaço de comercialização.



Fonte: Autora, 2019.

FIGURA 7 - Bancas de lona, colocadas nas proximidades do Parcão em dia de Feira.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaquí, 2015.

FIGURA 8 - Caminhão utilizado no transporte até a cidade dos próprios produtores e de hortifrutigranjeiros.

No entanto, as feiras semanais continuam ocorrendo em pontos da cidade; a organização dos dias de ocorrência de feira é de responsabilidade dos agricultores; geralmente são realizadas às terças e quintas nos bairros Cafifas, Promorar e vila Nova, enquanto nos sábados acontece na praça e nas proximidades do Parcão.

A feira como espaço de comercialização tem grande influencia na renda da maioria dos agricultores, pois é onde grande parte da sua produção é escoada, principalmente para agricultores com pequenas produções e propriedades com áreas menores. Muito progresso tem ocorrido no que diz respeito à apresentação dos produtos, embalagens e processamento, assim como o mix de produtos tem aumentado. No entanto, há muito a melhorar, embora muitos esforços tenham sido realizados para divulgação da feira, há uma restrição quase que cultural por parte dos itaquenses em fazer feira, pois possuem hábito de comprar em pequeno varejo (mercadinhos).

A troca de produtos por mercadorias apesar de não ser a alternativa mais viável, é uma prática que garante aos agricultores escoamento da produção. Eles trazem seus produtos para ofertar na feira, mas quando não conseguem vendê-los buscam alternativas para não perder o produto e trocam por mercadorias com comerciantes da cidade.

b) Programa de Mercados Institucionais – PAA e PNAE

O PAA¹⁴ foi desenvolvido com diretrizes básicas de promoção e acesso à alimentação, assim como incentivar a agricultura familiar. O programa tem como objetivo contribuir para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares, fortalecendo a comercialização desses produtos nos circuitos curtos, o que valoriza a biodiversidade, promovendo o abastecimento de alimentos por meio de compras governamentais (MDS, 2019).

No município o programa contou em seu primeiro ano de operacionalização (2014) com recursos da ordem de R\$ 245.209,73, dos quais foram utilizados 29,3%, ou seja, R\$ 71.849,22 (OGASSAWARA, 2016). Já em 2018, o recurso liberado foi de R\$ 170.000,00. Os agricultores inscritos no programa são 94 e por DAP

¹⁴ O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

(Declaração de Aptidão ao Crédito) recebem R\$ 6.500,00 ao ano. Os produtos entregues pelos agricultores ao PAA em 2017 foram pães (2203,85 kg), suco de laranja (1502 litros), mel (341 kg), hortifruti (chuchu 3419,85kg; milho verde 9769 kg; moranga cabutiá 3362,50 kg; batata doce 16121,50 kg; mandioca 18862 kg; melancia 21410 kg; alface 1946,75 pés; cheiro verde 4412 maços; couve 785 maços), onde o valor pago em produtos foi de R\$ 171.646,81 (Prefeitura Municipal de Itaqui, 2018).

Os produtos do PAA são entregues para as entidades inscritas no Comuas – Conselho Municipal de Assistência Social, as quais no município de Itaqui são 10 (CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, APAE- Associação de Pais e Amigos Excepcionais, Lar São José, CAPS - Sentimentos, Projeto Fênix, Projeto Aumento Nutrição, Lar da Juventude São Patrício, Hospital São Patrício, Centro de Convivência de Itaqui RS Amigo do Idoso e CRAS - Centro de Referência de Assistência Social). Os produtos são transportados do interior para a cidade pelo caminhão (Figura 9) do programa, conseguido via repasse do MDA.

A distância sempre representou um obstáculo para os agricultores familiares, pois o município é uma das cidades mais distantes da capital e dos grandes centros consumidores; o que não é diferente entre a cidade e as localidades do Curuçu, Itaó e Passo da Cachoeira, onde se concentram os agricultores familiares (de 80 a 100 km). A logística não é dificultada apenas pela distância, mas também pela precariedade das estradas.

Vale ressaltar que o programa trouxe garantia de escoamento da produção e renda, retirando da invisibilidade os agricultores familiares. Após o PAA, os agricultores passaram a se organizar de forma que passou a ser viável a comercialização coletiva, como verifica Ogassawara (2016); antes disso, cada agricultor por si só tinha que buscar alternativas para o escoamento da produção, praticando um comércio inconstante, ficando presos ao pequeno varejo, o que dificulta a interação entre o agricultor e clientela.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaqui, 2014.

FIGURA 9 - Caminhão adquirido para entrega dos produtos da agricultura familiar para o PAA em 2014.

A agricultura familiar do município participa do Programa Nacional da Alimentação Escolar que tem por objetivo proporcionar alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. A lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado aos estados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devem ser utilizado na compra de alimentos da agricultura familiar.

Os dados apresentados na tabela abaixo (Tabela 4) mostra a participação dos agricultores por quantidade e valores recebidos em 2018, totalizando R\$ 56.170,38 de produtos entregues ao PNAE.

Gazolla et al., (2010) relata que para chegar ao processo de agroindustrialização, as famílias começam com a venda e depois passam a agregar valor aos produtos, e procurando legalização com apoio das instituições, das organizações locais e das políticas públicas; dessa forma ampliam o seu acesso e o processo de construção social dos mercados.

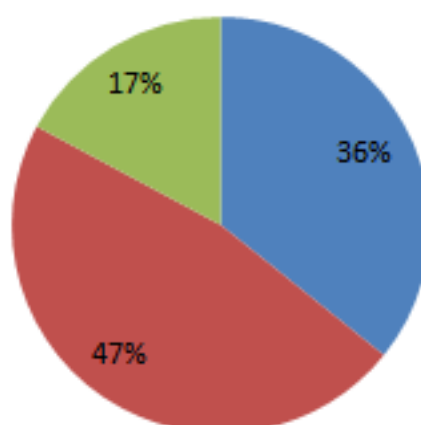
TABELA 2 - Produtos entregues aos agricultores familiares ao PNAE em 2018, em Itaquí-Rs.

Produtos	Quantidade Kg ou unidades (maço)	Agricultor ou agroindústria	Valores R\$
Alface	1.508 unidades	Agricultor	2.291,00
Brócolis	155,08 kg	Agricultor	767,68
Couve	2.703 maço	Agricultor	6.000,66
Laranja	7.278kg	Agroindústria	20087,28
Pão colonial – tipo cachorro quente	2.475,4kg	Agroindústria	15.774,36
	1.200kg	Agroindústria	10.680,00
Repolho	325,26kg	Agricultor	569,40

Fonte: Prefeitura Municipal de Itaquí, 2019.

No gráfico abaixo (Figura 10), pode-se mensurar a distribuição dos valores por produto, sendo que em grande parte procedem das agroindústrias que totalizam 83%, porém vale ressaltar que a agroindústria de sucos não entrega o produto processado e sim a laranja. O acesso às políticas públicas, no caso PAA e PNAE exige a legalização dos produtos, o que explica maior participação das agroindústrias.

■ Laranjas ■ Pães ■ Hortaliças



Fonte: Elaborado pela Autora, 2019.

FIGURA 10 – Principais produtos (%) entregues ao PNAE em 2018, em Itaquí.

c) Associações

Os agricultores se organizam em sindicato e associações entre as quais: Sindicato dos trabalhadores rurais; associação dos produtores da agricultura familiar de Itaqui – APAFI; associação dos produtores da agricultura familiar do Curuçu – APAFC; associação dos produtores de mel de Itaqui – APROMI; associação dos produtores de leite - APL.

A partir do conceito de Cotrim (2018), associativismo se refere a qualquer iniciativa em reunir pessoas com interesses comuns, as quais se organizam visando superar dificuldades e gerar benefícios. Essa união permite a construção de condições mais amplas e melhorias na produção e, conseqüentemente, aumento da renda. Já os sindicatos agregam atores sociais que compartilham interesses em comum que estão diretamente ligados à busca de direitos, de legitimidade, de reconhecimento e de valorização de um dado grupo social.

A associação dos produtores da agricultura familiar do Curuçu adquiriu um caminhão (Figura 11) com verba federal, via emenda parlamentar, o que facilitou a comercialização dos produtos à comerciantes da região; esta aquisição logrou facilitar a entrega, pois esse distrito fica a uma distancia em torno de 100 km do território urbano. Possibilitou-se, assim, aos agricultores negociar com mercados regionais, o que aumenta a demanda pelos produtos, não dependendo apenas das feiras ou programas governamentais; assim, consegue-se maior poder de barganha e ampliam-se os mercados.

O transporte da APAFC para os produtos até as instituições receptoras tem significado a superação de uma deficiência logística que sempre prejudicou o acesso ao mercado, considerando a distância do meio urbano e a precariedade das vias de acesso. Também deve ser ressaltado que antes do PAA, os agricultores dependiam apenas das próprias iniciativas individuais de comercialização, devido à ausência de organização que viabilizasse a comercialização coletiva, o que dificultava ainda mais os agricultores a chegar aos consumidores.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaqui, 2015.

FIGURA 11 - Caminhão com baú isotérmico adquirido pelo APAFC em 2016.

d) Agroindústrias

Em 2016, houve a inauguração da Agroindústria Dotto Sucos Naturais, instalada na propriedade São João, localizada no Curuçu pertencente ao 4º distrito. A agroindústria fornece seus produtos para PNAE (in natura), comercio da região e participa da feira da agricultura familiar.



Fonte: Facebook Dotto Sucos Naturais, 2016.

FIGURA 12 - Agroindústria de Sucos Naturais Dotto, (A) logomarca, (B) estrutura da agroindústria, (C) produtos sucos Dotto.

As agroindústrias familiares oferecem um campo empírico privilegiado devido à diversidade que desfrutam de características produtivas, sociais e tecnológicas. Para Batalha et al., (2005), “Comprar bem e vender bem” é tão importante quanto “produzir bem”. Os agricultores familiares que enfrentam restrições de recursos devem utilizar aqueles disponíveis da melhor maneira possível.

A sazonalidade foi um problema resolvido com a agroindústria que pode ofertar seus produtos fora da safra, o que contribui para a valorização do produto em período de pouca oferta. No entanto, esse tipo de produção de citros (laranjas) é uma alternativa para mais agricultores com áreas menores e, portanto, ofertam os produtos in natura, ou seja, tem um período de oferta determinado no ano, o que provoca a sazonalidade. Batalha et al. (2005), descreve que a sazonalidade na agricultura familiar ocorre devido ao baixo volume produzido, por estarem dispersos geograficamente e dispõem de pouco capital de giro.

O município tem duas agroindústrias de panificação, a “Niholi” e a “Doce lar”, essas microempresas fazem parte da dinâmica socioproductiva da agricultura familiar, pois, os seus idealizadores são agricultoras. O mais importante é que as agroindústrias no interior acabam facilitando a dinâmica do mercado no meio rural, isso porque essas localidades ficam distantes da cidade. Os produtos são os mais variados (bolos, cuca colonial, pães e biscoito doce colonial) e tem como meio de comercialização as feiras, PAA, PNAE e venda sob encomenda.

A Niholi foi à primeira agroindústria a ser instalada no interior do município inaugurada em 2016, na localidade do Passo da Cachoeira. A agroindústria entrega para o PNAE conforme a (Tabela 4) em média de 1200 a 2500 kg de bolachas do tipo cachorro quente e recebe por ano R\$ de 10.000,00 a 15.000,00; e no PAA os valores são por agricultor/ ano de R\$ 6.500,00.



Fonte: Programa Agricultar, 2019.

FIGURA 13 - Logomarca da agroindústria Nihole (A), panificados (B), participação da agroindústria na feira da agricultura familiar (C).

A agroindústria Doce Lar, teve sua inauguração em 2017, na localidade do Curuçú. As duas agroindústrias entregaram em 2018 para o PNAE 3675,4 kg de

bolachas do tipo cachorro quente no total de R\$ 26.454,36 (Tabela 4); e no PAA o valor é de R\$ 6.500,00 por agricultor ao ano.



Fonte: Programa Agricultuar, 2019.

FIGURA 14 - Logomarca da agroindústria Doce Lar (A), participação na feira da agricultura familiar (B), panificados (C).

A agroindustrialização na agricultura familiar interage com diferentes tipos de redes, o que implica em estratégias diferenciadas para regiões marginalizadas. A estratégia adotada é em função do desenvolvimento de uma produção especializada se ajustando a diferentes áreas rurais. O IBGE (2012) considera que mais de 80% do valor da produção foi produzido por estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares. Deste modo, o que torna as estratégias de diversificação importantes para o desenvolvimento dessas regiões marginalizadas.

e) ATER

O município conta com a EMATER e a Secretaria Municipal da Agricultura na prestação de serviço de assistência técnica para as famílias de agricultores. A quantidade de técnicos não é suficiente para suprir as demandas devido a grandes distancias e as péssimas condições das vias de acesso.

A SEAPDR - Secretaria da Agricultura e Pecuária de Desenvolvimento Rural Criada pelo Decreto Estadual 5.970, em 26 de junho de 1935, como Secretaria da

Agricultura, Indústria e Comércio do Estado, sendo que a pasta agrícola recebeu autonomia na década de 1950. Atualmente é responsável por políticas públicas de auxílio institucional e técnico a produtores, além da certificação e fiscalização de diversas atividades agropastoris. No município, a SEAPDR está estabelecida desde 1942, atendendo atualmente 832 criadores, sem limite de área.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar de Itaqui por diversos autores é considerada marginalizada, o que em parte se deve ao histórico de invisibilidade sócio-produtiva, sendo que a muito pouco tempo esses agricultores passaram a ter visibilidade. Essa mudança se deve as lutas dos movimentos sociais em um cenário nacional que reivindicaram direitos aos trabalhadores rurais, os quais viviam marginalizados, tendo que disputar investimentos com grandes produtores; após essas conquistas obtidas, houve uma reestruturação política que visava o reconhecimento desse tipo de produção conhecida como familiar. A partir de 1996 com a criação do PRONAF e, posteriormente, outras políticas voltadas aos agricultores familiares, muda-se o cenário e potencializa-se a produção na agricultura familiar. Os agricultores em Itaqui passaram a se articular em movimentos associativos (APAFI, APFC, APROMI, APLI) o que contribui para viabilizar demandas como o transporte para produção; implementos agrícolas; bancas para feira; garantia de renda com PAA e PNAE; reestruturação da feira; adequação dos produtos; agroindústrias familiares. A parceria com instituições e órgãos governamentais foi importante para esta reestruturação, contribuindo para reprodução social dessas famílias.

Muitos são os fatores que interferem para no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município de Itaqui. Fatores como a distância de grandes centros que dificultam o escoamento da produção, a sazonalidade de alguns produtos ou até mesmo as condições inadequadas para o cultivo de outros, interferindo na diversidade da produção e oferta para os clientes. No entanto, após adesão por parte dos agricultores a programas governamentais, é visível uma reestruturação produtiva, sendo que em alguns casos como os agricultores da localidade do Curuçú, a aquisição do caminhão pelos associados do APAFC serviu como uma alternativa de abertura de novos mercados.

Contudo, percebem-se ainda muitos produtores que sofreram condições de marginalização mais profunda, devido a restrições no acesso a terra, condições da propriedade e grau de especialização; tal contexto impossibilitou-os de maiores êxitos no processo de desenvolvimento, não apenas da sua propriedade, mas também no âmbito social. É importante que todos possam alcançar autonomia, e para isso a capacitação através de cursos e palestras é a base para o desenvolvimento desses atores.

5 REFERÊNCIAS

ALENDE, C. R. M. **Estudos dos Sistemas de Produção dos Agricultores da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. 155f. Dissertação (Tecnólogo em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1997.

BASSO, N. e OLIVESKI, F.E. Diagnóstico e Estratégias de Desenvolvimento Agrícola do Município de Itaqui-Rs, IJUÍ, **UNIUI** – Departamento de Estudos Agrários, 2016.

BARBOSA, Ronny Sobreira et al. Sistema radicular e atributos físicos do solo sob diferentes preparos em citros. 2011.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, HM de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos (Brasil): **EDUFSCAR**, p. 43-66, 2005.

BERRO, R. et al. Sistema local de produção de leite em Itaqui, Rio Grande do Sul: caracterização e diferenciação dos estabelecimentos formais. **7º Encontro de Economia Gaúcha–FEE**. Porto Alegre, 2014.

BIANCHINI, Valter. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar. In: CONTI, Irio, L; PIES, Marcelino; CECCONELLO, Rene (Orgs.): Agricultura Familiar: Caminhos e Transições. Passo Fundo: Editora **IFIBE**, 2006.

BUSATO, Dionísio A. **Evolução econômica do município de Alegrete**: Fundação Educacional de Alegrete: Gráfica Metrópole, 1981.

BUSSENS, Nicolau de L; BATISTA, Irene N; LIMA, Ana M, C. Análise socioeconômica do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): um estudo de caso no município de Sobral-Ce. Trabalho apresentado no **VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, Porto de Galinha, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wpcontent/uploads/2011/09/GT15-Nicolau-de-LimaBussons.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRANDÃO, J. B.; BREITENBACH, R.; DIAS, V.S.;SILLVA, F.B. Leite clandestino: a informalidade orientada pela demanda – um diagnóstico da produção e comercialização em Itaqui/Rio Grande do Sul. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.22, n.2, p.113-131, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/16027>>. Acesso em 23 abril de 2019.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Legislação sobre agricultura familiar: dispositivos, constitucionais, leis e decretos relacionados a agricultura familiar/Câmara dos deputados, **Edições Câmara**. (Série legislação: n. 261 PDF). Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/30779/legislacao_agricultura_familiar.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRUM, A, L; PORTELA, E, F, M. As estratégias de competitividade para a cadeia produtiva do arroz: O caso das cooperativas da fronteira-oeste do Rio Grande do Sul (BRASIL) Desenvolvimento em questão. Editora **Unijuí**. ano 5, n. 9 • jan./jun.2007. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/download/140/96>>. Acesso em: 26 maio 2019.

BRUNING, G. **Efeito da suplementação mineral e protéica no desempenho de novilhas em pastagem nativa invadida por capim-annoni-2**. 2007. 109f. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Zootecnia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRASIL, Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000. **Controladoria Geral da União**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/Arquivos/2000/Volume%20I/PartellI/Ministerio%20do%20Desenvolvimento%20Agrario.pdf>>. Acesso em: 20 de maio 2019.

CECATO, Ulysses et al. Avaliação de cultivares e linhagens de aveia (*Avena ssp.*). *Acta Scientiarum. Animal Sciences*, v. 20, p. 347-354, 1998.

CERETTA, J. V. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários de Itaqui-RS: As decorrências á produção e beneficiamento do arroz**. 76f. 2013. Dissertação (Tecnólogo em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

CERETTA, Juliana Vargas et al. Desenvolvimento rural e economia local: evolução e diferenciação dos sistemas agrários e o surgimento e a consolidação da rizicultura no município de Itaqui. **COLÓQUIO**, v. 11, n. 1, p. 121-148, 2014.

COLVERO, Ronaldo, B; ASSIS, Ataídes, A, de O Itaqui nas fronteiras Ibero-Americanas: 1801-1889. São Borja: Editora **Faith**, 2012.

CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Sergio; WAQUIL, Paulo Dabdab. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, v. 31, n. 1, 2010.

CLEMENTE, Evandro César; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Reestruturação da cadeia produtiva do leite: a especialização do produtor é a solução. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 4, n. 8, 2009.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores). Brasília: IICA, 2011.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001. Disponível em:

<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/_Agricultura.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

DEON, P.R.; VENTURINI, F.O.; SILVEIRA, P.R.C. da. A Abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs): O Processo de Ativação em Questão. Em: GUIMARÃES et al (orgs). O Rural Contemporâneo em Debate – Temas Emergentes e Novas Institucionalidades. Ijuí, UNIJUÍ, 2015.

DUFIMIER, Marc. Projetos de Desenvolvimento Agrícola – Manual para Especialistas; Salvador, EDUFBA, 2010(2ªedição).

EMBRAPA. Embrapa Mandioca e Fruticultura. SOUZA, Luciano da Silva; Fialho, Josefino de Freitas. Cultivo da Mandioca para a Região do CERRADO. **Sistemas de Produção**, 11. ISSN 1678-8796 Versão eletrônica; Jan/2003.

FIDALSKI, J.; BARBOSA, G.M.C.; MARTINS AULER, P.A.M.; PAVAN, M.A.; BERALDO, J.M.G. Qualidade física do solo sob sistemas de preparo e cobertura morta em pomar de laranja. **Pesquisa agropecuária brasileira, Brasília**, v.44, n.1, p.76-83, 2009.

FRITZ FILHO, Luiz Fernando; MIGUEL, Lovois de Andrade. A utilização da abordagem sistêmica para o diagnóstico de realidades agrícolas municipais. **Teoria Evidencia Econômica**, v. 8, n. 15, p. 151-167, 2000.

FLEURY, Lorena, C. Múltiplos olhares, uma questão: Repensando a agricultura e o desenvolvimento. In: DAL SOGLIO, Fabio; KUBO, Rumi Regina: Agricultura e Sustentabilidade. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2009.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G.; CADONÁ, L. A. A Produção de Novidades nas Agroindústrias Familiares. **5º Encontro da Economia Gaúcha**, v. 27, 2010.

GIORDANO DELGADO, Nelson; PEREIRA LEITE, Sergio. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, 2011.

GUILHOTO Joaquim J.M; ICHIHARA, Silvio, M; SILVEIRA, Fernando, G; DINIZ, Bernardo, P, C; AZZONI, Carlos, R; MOREIRA, Guilherme, R, C. A Importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus Estados. **Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia**, ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia, 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2019.

GOOGLE, O estado do Rio Grande do Sul e seus municípios. Disponível em: <<http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa/estado/rs/estado-rio-grande-do-sul-municipios.jpg>>. Acesso em: 26 abr.2019.

IBGE. Brasil em síntese/Itaqui –RS. **Dados da produção**, 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/itaqui/pesquisa/18/0>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431060#>>. Acesso em: 10 maio 2019.

ITAQUI, Secretaria da Educação do Município de Itaquí - Setor da Alimentação e Nutrição Escolar de Itaquí (dados do PNAE). 2018.

ITAQUI. Prefeitura Municipal de Itaquí. Mapa da área rural do Município com a delimitação dos distritos e a localização das sesmarias. Disponível em: <<http://qgiscloud.com/geoitaqui/sesmarias/?>>. Disponível em: 03 de abril de 2019.

ITAQUI. Prefeitura Municipal de Itaquí. Feira da Agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.itaqui.rs.gov.br/noticias/2014/08/feira-da-agricultura-familiar-movimentada-central-de-comercializacao.html>>. Acesso em 23 de maio de 2019.

ITAQUI, Secretaria da Agricultura. Entidades inscritas no PAA começam receber os produtos da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.itaqui.rs.gov.br/noticias/2014/11/entidades-inscritas-no-programa-de-aquisicao-de-alimentos-comecam-a-receber-os-primeiros-produtos-da-agricultura-familiar.html>. Acesso em 28 de maio de 2019.

ITAQUI, Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Redescobrimo Itaquí**. Supervisão Escolar – nº5. Ano 1995.

JUNIOR, MODESTO et al. Cultura da mandioca: aspectos socioeconômicos, melhoramento genético, sistemas de cultivo, manejo de pragas e doenças e agroindústria. Embrapa Amazônia Oriental-Livro científico (ALICE), 2016.

LIMA, Arlindo P. et al. Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: **Unijuí**, 2001.

MALAVOLTA, E.; VIOLANTE NETTO, A.A. Nutrição mineral, calagem, gessagem e adubação dos citros. Piracicaba: **Potafós**, 153p. 1989.

MATTEI, Lauro. Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo. – São Paulo: Editora **UNESP**; Brasília, DF: NEAD, 2010. 569p.

MATOS, Alan Kardec Veloso. Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, v. 10, n. 12, p. 1-17, 2011.

MATTEI, Lauro. Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006. 2004

MEDEIROS, R. B.; FOCHT, T. Avaliação do Potencial de Dispersão de Sementes de Capim-Annoni em Fezes de Bovinos.

MIGUEL A. L. (Org). Dinâmica e Diferenciação dos Sistemas Agrários. UAB/UFRGS Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Série Ensino a Distância. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MOCELIN, Daniel Gustavo; GEHLEN, Ivaldo. Organização social e movimentos sociais rurais (DERAD107). PLAGEDER, 2009.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. Apresentação à coleção. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: **Editora da UNESP**, p. 7-15, 2008.

MOOJEN, Eduardo Londero; MARASCHIN, Gerzy Ernesto. Potencial produtivo de uma pastagem nativa do Rio Grande do Sul submetida a níveis de oferta de forragem. **Ciência rural**. Santa Maria. Vol. 32, n. 1 (jan./fev. 2002), p. 127-132, 2002.

MDA 2018 MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em 29 de maio de 2019.

NETO, Benedito Silva; DEZEN, Márcia; DOS SANTOS, Patrícia Eveline. O conceito de reprodução social na análise de unidades de produção agropecuária. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 15, n. 32, 2009.

NASCIMENTO, A. **Caracterização Química e Digestibilidade do Capim Annoni-2 (Eragrostis plana Nees) Comparada com o Pasto Nativo, em Diferentes Estádios de Desenvolvimento**. Santa Maria: UFSM, 1976. 67p. Dissertação (Mestrado em Produção Animal) – UFSM, 1976.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. Departamento de Economia, **Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (FEA-USP)**, São Paulo, Brasil. Resumo Revista Economia Set/Dez 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

OGASSAWARA, J.F.; SILVEIRA, P. R. C. da; NEVES, J. A. S das. Os Efeitos do PAA so-bre a Agricultura Familiar de Itaqui/RS. Natal, **VII Encontro da Rede de Estudos Rurais**, set. 2016.

OGASSAWARA, J.F.; GASS, S. L. B.; NEVES, J. A. S das. Geoespacialização da Agricultura Familiar de Itaqui-RS., **VIII Salão de ensino, pesquisa e extensão - UNIPAMPA**, 2017.

ORTEGA, Antonio Cesar. Atores sociais rurais, governança local e desenvolvimento rural na América Latina. 2006.

PINHEIRO, Sérgio L. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com

soft-systems. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto alegre, v 1, nº 2, abr./jun. 2000.

ROSA, B. No mundo inteiro, a produção e o consumo de leite são tratados como política de estado... no Brasil, que o mercado resolva!. Canal Rural, 2017. Disponível em: <<http://blogs.canalrural.com.br/beneditorosa/2017/08/22/no-mundo-inteiro-producao-e-o-consumo-de-leite-sao-tratados-como-politica-de-estado-no-brasil-que-o-mercado-resolva/>> Acesso em 02 de abril de 2019.

REIS, J. C. L. Capimannoni: Origem, Morfologia, Características, Disseminação. In: REUNIÃO REGIONAL DE AVALIAÇÃO DE PESQUISA COM ANNONI-2, 1991, Bagé. **EMBRAPACPPSUL**, 1993. p. 5-23.

SANTOS, Christiane Fernandes dos et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.

SANTOS, Paulo Correa. AGENDA 150: Um passeio pelos carrilhões do tempo pretérito Itaquense. Itaquí: **Novigraf**, 2008.

SEAPDR, Secretaria da Agricultura e Pecuária de Desenvolvimento Rural. Dados da produção pecuária de leite e corte no município de Itaquí-RS, 2018.

SILVA NETO, Benedito da; FRANTZ, Telmo Rudi. Avaliação e Caracterização Sócio-econômica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Relatório de Pesquisa RD-Rural – Estudo especial. DEAG/UNIJUÍ, Ijuí, 2002, 188p.

SILVEIRA, P.R.C. da. Reflexões sobre o Modo de Gestão das Unidades de Produção Agrícolas Familiares – um estudo exploratório; **CPGER-UFSM**, 1994(Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Cleonice Borges De; CAUME, David Jose. Conselhos Municipais De Desenvolvimento Rural Sustentável (Cmdrs): Uma Análise Da Participação Social: A Partir Da Sociologia De Pierre Bourdieu. 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

SIMANHOT. Cultivo de mandioca em terras baixas é apresentado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.cropmodels.ufsm.br/03/12/2017/cultivo-de-mandioca-em-terras-baixas-e-apresentado-na-fronteira-oeste-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em 02 junho de 2019.

SILVA, Márcio Gomes da; DIAS, Marcelo Miná; SILVA, Sandro Pereira. Relações e estratégias de (des) envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiares e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 229-248, 2014.

STRECK E. V.; KÄMPF, N.; DALMOLIM, R. S. D.; KLAMT, E.; NASCIMENTO, P. C. do; SCHNEIDER, P. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2008.

MDA - Ministerio do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em 03 de maio de 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia**. RJ: Rio de Janeiro, 2009.

WEISHEIMER, Nilson; ZORZI, Analisa; KIELING, Francisco dos Santos. Desigualdade, estratificação e mobilidade social. In: MOCELIN, Daniel Gustavo; GEHLEN, Ivaldo (Org.). **Organização social e movimentos sociais rurais (DERAD107)**. PLAGEDER, 2018.

ANEXO**Questionário****Informações do técnico**

Nome: _____

Profissão: _____

Tempo na atividade: _____

Funções: _____

Carga horária de trabalho semanal: _____

Dias das visitas técnicas/localidade: _____

Informações dos Agricultores FamiliaresQuantidade
agricultores/microrregião: _____Movimentos sociais,
organizações: _____

Programas desenvolvidos/quantidade de agricultores beneficiados/microrregião: _____

Localidades/microrregião: _____

Lideranças/microrregião: _____

Principais demandas/microrregião: _____

Produção/microrregião: _____
